

UMA TERRA DE MUITOS EXÍLIOS

Israel, terra em transe. Democracia ou teocracia?, de *Guila Flint e Bila Grin Sorj*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2000, 352 pp.

**Omar Ribeiro Thomaz e
Sebastião Nascimento**

A causa da libertação da Palestina está de novo na ordem do dia, e a consideração de uma solução definitiva para o estatuto dos territórios ocupados e de Jerusalém ressurgem como passo indispensável para qualquer concepção plausível de paz e segurança internacionais. A justiça da reivindicação de autonomia e a ofuscação sob a qual se manteve essa demanda nas últimas décadas ajudam a compreender o "caldo de cultura" em que fermentou a radicalização do discurso político no Oriente Médio e de onde emergiram formas extremadas de mobilização popular e de expressão de programas políticos. É impossível conceber o sentido dos episódios em curso na periferia e nos prolongamentos da política que envolve os países de maioria árabe ou aqueles com significativa presença de muçulmanos sem compreender o que acontece ali em seu cerne, no ponto em que o projeto nacionalista fracassou de modo mais retumbante: tanto por obra e força de seus adversários quanto por conta de suas próprias fraquezas.

No coração do mundo árabe, os palestinos se tornaram um "fenômeno", uma ferramenta útil para a explicação de outros fenômenos. Com eles pode-se montar o cenário da dissecação do projeto nacional árabe, da fragilidade brutalizada dos regimes seculares, do clientelismo das dinastias do Golfo, do isolamento iraquiano, da inserção iraniana no Oriente Médio, das cisões da sociedade israelense e, naturalmente, da expansão do terrorismo internacional. Não será diferente agora, no momento em que o

mundo olha para a Palestina histórica em busca de explicações e respostas, para saber de onde partiram os caminhos que nos trouxeram a esta política dos ultimatoss, das ameaças de erradicação recíproca e das promessas de erradicação das ameaças. Aqueles que, orientados por sinais bastante plausíveis, andarem por ali em busca de indícios encontrarão a trama exuberante de um quadro da história moderna especialmente intrincado, extenso em sua feitura, vivido em sua intensidade, uma tragédia de povos extraordinários desenrolada na mais extraordinária faixa de terra da história, uma história de nações exiladas, de trajetórias obstruídas e de significados duvidosos, vivida sobre um território carregado de significação.

Já não se trata de conquistar um estatuto válido para a questão palestina: a reivindicação de um Estado soberano para os palestinos é suficientemente viva e candente em seus próprios termos. Restará afinal pouco ruído do velho mote sionista: "um povo sem terra para uma terra sem povo". E uma vez que os estertores dos perigos de aniquilamento mútuo se deslocaram para coordenadas mais periféricas, o Estado israelense assoma como uma realidade estabelecida e inafastável. Por mais que vociferem os chauvinistas, jamais haverá solução militar a ser empregada contra os palestinos — mas mesmo no registro chauvinista não há equilíbrio de forças, e o número de mortes na nova intifada dá a dimensão trágica do desequilíbrio.

Considerando que judeus e palestinos associam suas posições à perspectiva de emancipação e soberania no interior de um Estado democrático, não se pode descrever a questão como uma oposição de pretensões ao território. Para além do conflito de direitos há uma irredutível questão de justiça que precisa ser formulada em termos institucionais para afastar a indiferenciação autocorrosiva a que a oposição de interesses geralmente leva. O objeto da

luta se torna precisamente a elevação de interesses opostos em princípios opostos, mediante uma luta simbólica. E a oposição de princípios já não se prestará docilmente à adscrição automática de campos, porquanto um princípio se corporifica ao longo de linhas que certamente se estendem muito além dos limites de cada comunidade.

Essa perspectiva é assumida de modo emblemático pelos movimentos de democratização da nossa era, na medida em que, de modo geral, o veículo de suas causas deixa de ser o líder engenhoso, capaz de costurar as alianças mais proveitosas, e passa a ser preferencialmente uma figura (pessoal ou institucional) que encarne os princípios rígidos e inegociáveis cujo conteúdo moral oriente e regule os objetivos e os expedientes da luta. Com raras exceções, os movimentos de libertação sempre tiveram de lutar para alcançar esse estatuto, o que era uma decorrência necessária do reconhecimento da existência da nação organizada sob essa forma. E a clarificação das próprias posições assoma invariavelmente como etapa decisiva da luta. A ascensão do Congresso Nacional Africano ao poder na África do Sul marcou de forma mais ou menos incontroversa o último caso de sucesso do século XX na luta contra as formas de discriminação residuais de processos coloniais ou semicoloniais de dominação, tornando os territórios ocupados uma das últimas excrescências políticas da era moderna. Afinal, o assentamento dos judeus na Palestina e a criação do Estado de Israel eram em certo sentido a proposta de um movimento protonacionalista europeu para a solução de um problema europeu: o sofrimento dos judeus na Europa não afasta a evidência de que houve uma transferência do seu destino para outra terra e, nessa, "a desocupação, o deslocamento e o desapossamento de um outro povo"¹.

Já em meados dos anos 1940 — antes do fim da II Guerra Mundial, e portanto antes da fundação do Estado de Israel — Hannah Arendt alertava para a violência do nacionalismo judeu moderno em face de populações não contempladas em seu projeto original: "O nacionalismo já é suficientemente nefasto por assentar-se exclusivamente sobre a força bruta da nação. Mas um nacionalismo que depende necessária e reconhecidamente da força de uma nação estrangeira é por certo ainda pior. Esse é o

destino que ameaça o nacionalismo judeu, e o projeto de um Estado judeu que será inevitavelmente cercado por Estados e povos árabes. Mesmo uma maioria judia na Palestina — considerando a evacuação de todos os árabes, conforme propõem abertamente os revisionistas — não modificaria fundamentalmente uma situação na qual os judeus precisariam ou pedir a proteção de uma potência estrangeira contra seus vizinhos ou alcançar um acordo efetivo com eles. [...] Além disso, se os sionistas continuam a ignorar os povos mediterrâneos ao não tomar em conta senão as grandes potências distantes, arriscam-se a passar por instrumentos daquelas, por agentes de interesses estrangeiros e hostis. Conhecendo sua própria história, os judeus deveriam ter consciência de que um tal estado de coisas não deixará de suscitar um novo flamejar do ódio antijudeu; os anti-semitas de amanhã afirmarão que os judeus não apenas se aproveitaram da presença de grandes potências estrangeiras na região, mas estiveram em conluio efetivo com elas, sendo portanto culpados pelas eventuais conseqüências"².

A viabilidade de um projeto democrático para ambas as comunidades deve passar por uma estratégia de coexistência em bases igualitárias, que afaste de forma peremptória a possibilidade de recurso a uma postura discursiva opaca, que procura situar ações e reações no registro irrevogável da exceção que se instala, de lado a lado, como decorrência necessária do terrorismo: reticências ambíguas que se fundam sobre a recusa em explicitar as posições de onde falam as partes, bem como sobre as onipresentes postulações de excepcionalidade e a auto-indulgência que a implausível posição de observador gera no âmbito dessa política de irregularidades.



Ao organizarem um amplo conjunto de entrevistas a fim de elaborar um retrato de setores importantes da sociedade israelense contemporânea, a socióloga Bila Grin Sorj³ e a jornalista Guila Flint

(2) Arendt, Hannah. "Réexamen du sionisme". In: *Auschwitz et Jérusalem*. Paris: Deux Temps, 1991 [1944], pp. 99-100.

(3) Realizamos uma longa entrevista com Bila Sorj, professora da UFRJ, a quem agradecemos. Se a entrevista foi crucial para uma melhor compreensão do volume que ora apresentamos, a resenha não dá conta de todos os temas que foram discutidos, que serão objeto de reflexões ulteriores. Agradecemos, assim, a generosidade com que Bila Sorj nos recebeu.

(1) Said, Edward. *The politics of dispossession: the struggle for Palestinian self-determination, 1969-1994*. Nova York: Vintage, 1995.

parecem haver seguido a recomendação de um de seus entrevistados, Avraham Burg⁴, o qual, questionado sobre a incidência da questão palestina na identidade israelense, propôs que se considere o massacre de Hebron como uma parábola (p. 109). Em 25 de fevereiro de 1994, Baruch Goldstein, um colono de origem norte-americana assentado em Hebron com outros duzentos colonos, maciça e vigilantemente protegidos por forças de segurança israelenses, invadiu o Túmulo de Abraão, onde uma mesquita divide espaço com um templo judaico, e matou 24 palestinos. Foi preso, solto, preso novamente, e tornou-se um símbolo para os colonos, sendo constantemente visitado, ouvido e mesmo prestigiado por meio de atos no mínimo ambíguos, como a visita de Ariel Sharon ao assentamento de Hebron. Burg sabe que obter a partir desse episódio o sentido edificante de uma parábola exige considerar a dimensão ofuscante do apelo estridente dos colonos pela continuidade da ocupação e pela extensão dos assentamentos; sabe também que, apesar de constituírem enclaves fortificados, onde muitas vezes a presença militar suplanta em número a dos próprios colonos, os assentamentos não se situam à margem de Israel: seu apelo é um grito vindo de dentro do Estado. E é dentro do Estado de Israel que ele constata amargamente a realização das suspeitas que tivera em 1967, ao se perguntar se "a ocupação não nos destruiria a partir de dentro de nós mesmos". Essa forma aguda de questionamento auto-compreensivo revela o abandono da indulgente suspensão do juízo sobre as feridas que dilaceram o último país que não alcançou a normalização após a II Guerra, e introduz uma noção esclarecida de responsabilidade pela própria história que ecoa em várias das outras entrevistas, sobretudo na expressão lúcida de Haim Beer, um dos mais importantes escritores israelenses contemporâneos, o qual reconhece que "nossa atitude com os palestinos causou danos que tornam o fato de estarmos certos ou errados bem pouco relevante" (p. 326).

(4) Sociólogo formado na Universidade Hebraica de Jerusalém, participou da Guerra do Líbano em 1982 e foi cofundador do grupo "Soldados contra o Silêncio". Em 1984 tornou-se assessor para assuntos da diáspora do então primeiro-ministro Shimon Peres; presidiu, de 1986 a 1988, o Centro de Judaísmo e Tolerância; e de 1988 até as eleições de maio de 1999 foi membro do Parlamento, eleito pelo Partido Trabalhista. Na convenção desse partido, em 1991, propôs resolução que apoiava a separação entre religião e política em Israel.

Em 2001, Israel continua a ser excepcional por diversas razões. Trata-se do único Estado sem fronteiras oficialmente declaradas — não seria o único caso de limites territoriais não reconhecidos, pois há inúmeras pendências mundo afora, mas é o único caso dessa desabrida fluidez de fronteiras: não há sequer uma declaração unilateral de pretensões. Além disso, é um Estado concebido e destinado a amparar muito menos que a totalidade de seus cidadãos, e nisso também não é precisamente único, mas seria aqui o caso de invocar o truísmo que ressalta que uma exceção repetida não faz regra. Há muitos casos de não-cidadãos em Estados das mais variadas tradições institucionais, e muitos países afirmam que uma ou outra discriminação se justificam transitariamente pela escassez de recursos ou até mesmo pela necessidade de dispensar "cuidados diferenciados" aos grupos discriminados (quando se adentra o universo dos estatutos de minorias, não há muitas peias para o cinismo)⁵. Tampouco seria prudente ver exclusividade na adoção por Israel de uma política de imigração racialmente seletiva, sobretudo nesta época pródiga em episódios grotescos de naus de refugiados à deriva, recusadas de porto em porto. O extraordinário em Israel é que a distinção jurídica entre judeus e não-judeus — incidente especialmente no caso da Lei do Retorno, que confere cidadania plena aos imigrantes judeus tão logo se encontrem em território israelense, mas também na regulação do acesso privilegiado à propriedade imobiliária e ao sistema de seguridade social — segue um critério "racial", e se organiza como uma aferição de estirpe conduzida por autoridades religiosas.

De várias formas e em variados âmbitos, parece que se assiste em Israel a uma renitente recusa da normalização da vida política, que, apesar de fertilizada também pela instabilidade regional, se reveste na política doméstica de uma formulação em termos de preservação da identidade nacional. Em vários níveis percebe-se a afirmação fundamental da anomalia constitutiva e irreduzível da forma política assumida pela comunidade judaica, contraposta a uma pauta igualitária e inclusiva. Na autocompreensão dos cidadãos sobre a inserção no cenário da instável política regional, por exemplo, formula-se a

(5) A situação dos cidadãos árabes israelenses é ilustrativa e exemplarmente discutida na entrevista com Jamal Zahalka (pp. 65-81).

oposição entre uma participação equalizada, como um Estado entre outros Estados, e a justificação da persistente insolvência na agenda diplomática pelo caráter continuamente fragilizado da presença dos judeus no Oriente Médio — ou seja, a chave explicativa da anomalia cria suas próprias condições de perpetuação.

Os termos que concretizam essa tensão, entretanto, não são tão vagos e abrangentes assim. A diversidade das posições veiculadas no trabalho de Guila Flint e Bila Sorj revela a densidade e a complexidade das interações políticas e culturais que ligaram os indivíduos que viveram e promoveram a experiência sionista. Todavia, a própria riqueza dessa trama exige que se dêem ouvidos à constatação de muitos dos entrevistados de que o sentido geral de descompressão produzido pela iminente normalização gera um sentimento difuso de perda de qualquer coisa crucial que sustenta o mundo. Um mundo que foi fundado sobre a afirmação equívoca da viabilidade de uma entidade política que comandaria o compromisso das duas grandes correntes da identidade judaica moderna: o sionismo secularizado e a oposição religiosa que o confrontava. Essa oposição se articulava em torno de duas fórmulas básicas: uma, ortodoxa, que percebia a incorporação a um Estado nacional soberano como abdicação do caráter único e intrinsecamente irredento da nação judaica, e outra, reformista, que percebia o projeto sionista como uma nova guetificação dos judeus que já haviam alcançado algum grau de emancipação no exílio. Ambas as frentes de oposição se lançavam decisivamente contra o núcleo do sionismo e persistem ainda hoje, sob outras roupagens, como grandes questões abertas da agenda sionista, orientadas contudo por um outro conjunto de coordenadas que, assumindo o Estado como uma realização irreversível, se definem na disputa pelo conteúdo de suas disposições normativas.

Tal tensão é por vezes descrita em termos de um resultado do bem-sucedido renascimento da identidade judaica, que se havia estagnado no exílio; um renascimento alcançado no interior e por meio do Estado de Israel. Portanto, se causa, instrumento e resultado são obra do Estado, é inevitável a pergunta: que proveito obtemos assumindo a perspectiva da competição entre duas concepções exclusivas da identidade nacional sem uma instância reguladora legítima? Se a idéia de perda somente pode ser evitada com a prorrogação desse compromisso tenso,

assumido como vagamente necessário em virtude da instabilidade exterior, talvez a normalização acabe mesmo implicando perdas de alguma ordem.

Mas o livro em pauta parece querer mostrar também que a sociedade israelense pode superar esse desafio, consciente de que "as ondas de calor que emanam de Israel não são as chamas do incêndio do terceiro templo, mas resultam da fricção entre elementos que jamais se haviam encontrado" (p. 132) e que já não poderão viver separados. O livro nasce de uma proposta explícita de desvelamento das linhas ao longo das quais se organiza a aparentemente profunda divisão da sociedade israelense a respeito de temas fundamentais, e ao mesmo tempo da investigação da hipótese de que isso se evidencia nos modos pelos quais os grupos religiosos passaram a exercer uma influência política e cultural inimaginável na época da fundação do Estado. As escolhas das autoras, tanto na delimitação do grupo de entrevistados quanto no teor das entrevistas, confirmam uma lucidez e uma originalidade de propósitos que revelam muito mais que apenas um nível de conflito que pudesse ser expresso por pares estabilizados de categorias, como nação e Estado, religião e secularismo: o dissenso que se verifica no interior da imperfeita democracia israelense denota a riqueza das perspectivas efetivamente adotadas ou virtualmente acessíveis para interpretar o contexto moral e estratégico que sustentou (e ainda sustenta) os sucessivos impasses e crises no relacionamento entre israelenses e palestinos e, simultaneamente, a duradoura profusão de relações intensas e ambíguas entre as forças religiosas e as lideranças sionistas.

A leitura cuidadosa das entrevistas realizadas provoca alguma inquietação num público que, distante, acaba por produzir juízos precipitados sobre o conflito no Oriente Médio, informado por notícias que vêm confirmar estereótipos e produzir uma visão uniforme quer da sociedade israelense, quer da Palestina e dos países árabes. Mesmo que um primeiro olhar à recorrência do conflito tenda a produzir simplificações a partir de clichês apaziguadores, deparemos realidades políticas, sociais e culturais complexas, que o olhar impertinente e detido e a pergunta certa obrigam a matizar. Embora corresponda a algumas parcelas da sociedade israelense (outras, por razões que explicitaremos a seguir, estão ausentes), o conjunto das entrevistas fornece um retrato que supera qualquer tentativa de

explicação unívoca: estamos diante de uma sociedade de múltiplas facetas e vozes, que só se torna inteligível ao atentamos para os termos que conformam seus debates.

De forma mais ou menos explícita, a tensão entre teocracia e democracia percorre todas as entrevistas e, saliente-se, atormenta as próprias entrevistadoras. Não se trata de verificar consenso. Aliás, os consensos geralmente atribuídos às narrativas "nacionais" ou "nacionalistas" só o são na medida em que afirmam a legitimidade e a persistência do próprio debate em torno da idéia da "nação". No caso de Israel, sublinhando o que já se disse aqui, a possibilidade de um "projeto nacional" teria de se acomodar com os conflitos entre tradições laicas, tradições religiosas e um sem-fim de combinações entre esses dois pólos que opõem pessoas no interior de grupos de amigos ou ainda diferentes gerações de uma mesma família. Nos termos dessa eticidade tensa, Israel caberia confortavelmente numa analogia com outros contextos marcados pelas formulações e realizações pós-coloniais, na medida em que procura, por vias inconciliáveis, uma afirmação inequívoca: "um povo" que andava ansiosamente em busca do território que seria a salvaguarda de sua unidade encontra uma solução para a "questão nacional"⁶. Não deixa de ser curioso que justo aquilo que seria a nota radicalmente distintiva de Israel — a perturbação gerada pelo Holocausto — não tenha sido explicitamente discutido em qualquer das entrevistas.

Sutilmente guiadas pelos entrevistados, mas não de forma inconsciente, as entrevistadoras orientam suas questões por três coordenadas centrais: a fundação do Estado e as polaridades que a marcaram; o momento presente, caracterizado pela ascensão dos grupos ultra-ortodoxos, pelas exigências dos colonos, pela situação incerta dos árabes israelenses,

pela continuidade da ocupação e pela extensão dos assentamentos; e uma derradeira e insistente questão sobre ser o entrevistado otimista ou pessimista com relação ao futuro de seu país. É a própria escatologia nacional, redimida para uns, adiada para outros, que se corporifica nas vozes dos entrevistados: implicações das coordenadas temporais, com as quais palestinos e israelenses das mais diferentes tradições ou tendências se confrontam dia após dia.

Trata-se de entrevistas guiadas, e não de "histórias de vida" ou "biografias", como fica claro na Introdução ao volume (notável pelo modo como enriquece a compreensão das entrevistas ao clarificar os propósitos do trabalho e ao sintetizar traços decisivos da história recente do Estado de Israel). Mesmo assim, a sensibilidade das autoras faz que em cada uma das entrevistas a trajetória e a personalidade dos sujeitos transpareçam e se imponham como referência incontornável. E assim o resultado é a cada vez singular, uma voz válida em meio a outras tantas igualmente válidas. No livro, contudo, algumas dessas outras vozes não estão contempladas, tais como aquelas que proviriam dos setores da sociedade israelense resistentes ao debate de que são eles próprios objeto: os ultra-ortodoxos. Se a opção das autoras parece num primeiro momento expor uma lacuna, cabe perguntar em que medida entrevistas francas (e por vezes tensas) como as que foram realizadas poderiam ser estendidas às lideranças religiosas ultra-ortodoxas: estariam de fato dispostas ao prosaico jogo contemporâneo da persuasão do argumento, num debate aberto e pautado por regras equitativas? Tal trabalho decerto exigiria um esforço de natureza antropológica, que deixasse a lógica do *outro* impor-se, ainda que momentaneamente, para então se proceder ao esforço da tradução.

No confronto com o discurso político da ortodoxia religiosa, que durante muito tempo, paralelamente ao sionismo secular, reivindicou para si o papel de "cimento simbólico" da nação, os projetos laicizantes procuram por uma reacomodação, mas a envergadura política dos ultra-ortodoxos só será compreensível se inserida na compreensão mais ampla do processo histórico da criação das instituições estatais de Israel. Afinal, foi no Estado que a realização dos mais diversos projetos políticos teve seu foco necessário. A incômoda aproximação política que, desde a fundação do Estado, se travou com

(6) O território da Palestina era já referência para uma grande quantidade de judeus não-europeus que vieram a se engajar na Guerra de Independência, que fez uso durante largos períodos das mesmas táticas "terroristas" posteriormente assimiladas pelos guerrilheiros palestinos. O protetorado britânico da Palestina oferecia condições simbólicas suficientes para a perspectiva de afirmação de um "projeto nacional", o que atraiu grupos e indivíduos que, embora muito diferenciados, eram igualmente marcados pela brutalidade do Holocausto. Contudo, e talvez pelas mesmas razões, a administração do acesso ao território nesses termos tornava-se uma prova material da presença colonial das forças europeias em terras do Oriente Médio. Mal de origem que ecoa na escatologia trágica dos povos que habitam a região.

as hierarquias religiosas revelou-se perigosa, na medida em que não havia estipulação definitiva sobre o papel da religião na organização institucional: assumia-se a contínua provisoriedade dos termos desse acordo de coabitação, já que a perspectiva da absorção dos outros componentes da sociedade israelense estava no horizonte de ambos os grupos. Tanto seculares quanto religiosos acreditavam que no fim das contas venceriam: para uns, a religião se desvaneceria no mundo finalmente secularizado, e para outros o mundo seria finalmente transformado no cadinho da religião. Mas a correlação de forças entre esses grupos acabou por não se alterar fundamentalmente, e a parada não foi resolvida: nenhuma medida razoável de laicidade do Estado foi alcançada, e em virtude da formação de coalizões e da garantia da "governabilidade" os partidos religiosos acabaram desempenhando inúmeras vezes um poder decisório desproporcional, além de conseguirem estabelecer-se inamovivelmente em ministérios importantes na definição da pauta orçamentária.

Mas essa aproximação incomoda em graus distintos as suscetibilidades daqueles envolvidos no debate. Chega-se muitas vezes ao limite da rispidez, como no caso da entrevistada Yael Dayan, membro do Partido Trabalhista, que, por abraçar causas polêmicas como os direitos da mulher, a livre escolha na questão do aborto e a garantia dos direitos dos homossexuais, vem sofrendo constantes ameaças e constrangimentos físicos. Isso não fez que Yael se rendesse a qualquer forma de contemporização com o poder dos ultra-ortodoxos: para ela, Israel é um Estado moderno e é nesse registro moderno que se inscreve qualquer atuação política. Até mesmo o tratamento que dá às agressões físicas que sofreu confirmam sua disposição insistente em negar relevo político para esse tipo de discurso e em minimizar seu poder de ação e seu potencial de desenvolvimento. Como em inúmeros outros momentos ao longo do livro, entrevistada e entrevistadoras adentram terrenos em que os temas se revestem de delicada intensidade, nos quais as divergências quanto ao diagnóstico do atual estado de coisas fica mais explícito. Nisso se revela também uma das virtudes mais preciosas do livro. Imprevisivelmente, mas sempre de modo perceptível, o ponto de vista das autoras surge aqui e acolá, sob diversas formas: pequenas correções, uma inquietação exclamada, uma incerteza compartilhada, um refinamento de

impressões e, às vezes, uma provocação ácida ou uma discordância precisa e intransigente. Em nenhum momento, porém, isso desequilibra ou dispersa o foco que se pretende ressaltar; ao contrário, converte a todos, entrevistadoras e entrevistados, em co-autores. Outra virtude do livro deve ser aqui sublinhada: não são propriamente entrevistas, em sentido estrito, que foram ali reunidas, mas verdadeiros diálogos. Guila Flint e Bila Sorj participam do contexto, conhecem-no profundamente e, de uma ou outra forma, em várias etapas de suas vidas, foram (e são) sujeitos ativos nesse debate em torno da identidade nacional e da abertura de espaços democráticos.

Também nas belíssimas fotografias de Efrat Tordjman que acompanham o volume divisam-se fragmentos que ajudam a realçar o sentido geral de incerteza e suspensão que as entrevistas revelam: nos instantâneos dos gestos, indumentária e postura dos entrevistados, que convidam a vislumbrar o seu dia-a-dia; nos grafites que revestem os muros e paredes e que se superpõem, como palimpsestos, para negar ou reforçar o que foi dito antes; nestas imagens da rua que parecem reforçar a sensação de que os espaços públicos estão dominados pelas dúvidas que perseguem Israel desde os seus primeiros momentos.



A conquista de um Estado verdadeiramente democrático precisará enfrentar também a inevitável defecção do programa sionista de um Estado que proteja preferencialmente os judeus e que assegure a presença das comunidades judaicas em toda a área ocupada por Israel, um programa que, além de viável, torna-se na verdade um obstáculo à construção das condições para uma democracia efetiva e inclusiva. Nessa perspectiva, a busca por uma identidade para conferir sentido à vida no interior de um Estado democrático não pode ser mobilizada como justificação das exceções à regularidade democrática desse mesmo Estado. Não se pode esperar que o Estado continue a ser o foro da absorção e da forja da identidade nacional judaica; é muito mais plausível que o Estado forneça a base institucional para o florescimento de identidades ricas e diversificadas.

A nação judaica já não está em perigo, e parece que, a despeito do sionismo, continuará a ser mais muito mais ampla que o número dos cidadãos do

Estado de Israel. Tampouco Israel está em perigo, o que torna inaceitável que não seja grande o suficiente para comportar o número de seus próprios cidadãos. Conforme ressaltam as próprias autoras, o prolongamento das condições exceptivas do conflito contribui para reforçar o discurso religioso como fonte de legitimidade das ambições nacionalistas e territoriais. Todavia, segundo a advertência do historiador Amnon Raz-Krakotzkin⁷, se apesar de tudo a definição do debate se der sob a rubrica de grupos homogêneos, não será possível fazer um exame cuidadoso da atitude nacionalista radical dos colonos, que só foi (e continua sendo) possível porque a idéia de redenção e a ambivalência em face do messianismo já estavam presentes na origem do pensamento político sionista de extração laica.

Mas afinal é possível um sionismo secular? Parece ser essa a pergunta crucial para as organizadoras de *Israel, terra em transe*. Não parece mesmo sustentável a noção de secularismo num contexto homogeneamente judaico, exclusivista e estatutariamente desigual. A inclusão das minorias surge como condição necessária tanto para a secularização como para o acordo político com os palestinos: a igualdade de direitos para os 20% de árabes que constituem a população israelense, o reconhecimento dos refugiados palestinos e o fim da ocupação dos territórios palestinos são as únicas garantias de paz duradoura. Nenhuma garantia plausível de segurança pode ser

oferecida num ambiente de desigualdade e exceção. Portanto, a única alternativa à segurança opaca que resulta da segregação e da restauração de um sentido de homogeneidade para a comunidade será aquela que for obtida a partir da idéia de uma paz que impere num ambiente em que a vida seja regulada por um conjunto de princípios equitativos. Nada de caráter político pode ser dito sobre os judeus sem que algo seja dito, simultânea e simetricamente, sobre os árabes — e até mesmo evitar dizer algo sobre os árabes diz algo sobre os árabes, e sobre quem silencia. A adoção de uma perspectiva binacional não significa necessariamente uma solução diplomática, mas representa talvez a única perspectiva de separação entre a identidade definida em termos religiosos e a cidadania democrática, e afasta qualquer possibilidade de postulação de especificidade de um Estado que, afinal de contas, não precisa ser anômalo, mesmo que continue a ser peculiar.

Num momento em que se insiste em "novas eras", em fins e retomadas explosivas da história, é a Palestina tantas vezes silenciada que de novo nos vem lembrar de promessas não cumpridas, de contas não saldadas e de uma persistente insolvência que, para além dos conflitos sangrentos do presente, gera uma inominável ansiedade quanto ao futuro. E *Israel, terra em transe* confronta-nos com os dilemas e desafios daqueles que lutam para que seja um futuro ao mesmo tempo pacífico e justo.

(7) Na corrente dos novos historiadores, Raz-Krakotzkin dedica-se ao estudo dos elementos suprimidos da consciência sionista secular. Crítico da implícita negação do valor da vida judaica no exílio que o sionismo gerava, ele resalta as consequências de uma tal atitude: a rejeição dos elementos criativos da experiência da diáspora e a incompreensão do drama do exílio palestino.

Omar Ribeiro Thomaz é professor do Departamento de Antropologia do IFCH-Unicamp e pesquisador do Cebrap. Publicou nesta revista "Bósnia-Herzegovina: a vitória da política do medo" (nº 47). Sebastião Nascimento é mestrando em Direito Internacional pela USP e assistente de pesquisa do Cebrap.